

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS JUVENTUDES NO BRASIL: JOVENS CANDIDATOS/AS E ELEITOS/AS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 – 2022

REPRESENTACIÓN POLÍTICA DE LA JUVENTUD EN BRASIL: JÓVENES CANDIDATOS Y ELECTOS A LA CÁMARA DE DIPUTADOS 2014 - 2022

POLITICAL REPRESENTATION OF YOUTH IN BRAZIL: YOUNG CANDIDATES AND ELECTED TO THE CHAMBER OF DEPUTIES 2014 – 2022

*Elisa Guaraná de CASTRO**

RESUMO: Analisar formas “tradicionais” de representação política são uma janela para compreender a participação juvenil em seus múltiplos pertencimentos e agências. Observamos jovens candidatas/os e eleitas/os para a Câmara dos Deputados brasileira entre os anos de 2014 e 2022. Identificamos baixa representação juvenil, menos de 4% com até 29 anos, e amplo espectro de filiação política, incluindo a denominada extrema-direita. Como metodologia analisamos os dados do TSE, tratando o perfil e desempenho eleitoral. Acompanhamos sites de movimentos e organizações sociais, as redes sociais, o Portal da Câmara dos Deputados, para acesso a trajetórias, agendas políticas e atuação parlamentar. O acompanhamento cotidiano e individualizado das redes sociais permitiu identificar perfis e postagens dos e das jovens. A pesquisa demonstrou que há uma importante diversidade de candidaturas e que parlamentares jovens eleitos são campeões de votação, o que aponta um interesse renovado na participação desse espaço árido para a presença juvenil.

PALAVRAS-CHAVE: Representação política. Juventude. Participação política. Participação parlamentar. Diversidade.

* Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – (UFRRJ). Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional (UFRJ), mestre em Sociologia (UFRJ), graduada em Ciências Sociais (UFRJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8652-0303>. Contato: elisaguarana@ufrj.br.

RESUMEN: *Analizar las formas “tradicionales” de representación política es una ventana para comprender la participación juvenil en sus múltiples pertenencias y agencias. Observamos a candidatos jóvenes y funcionarios electos para la Cámara de Diputados de Brasil entre 2014 y 2022. Identificamos una baja representación juvenil, menos del 4% de hasta 29 años, y un amplio espectro de afiliaciones políticas, incluida la llamada extrema derecha. Como metodología se analizaron los datos del Tribunal Superior Electoral, tratando el perfil y desempeño electoral. Seguimos sitios web de movimientos y organizaciones sociales, redes sociales, Portal de la Cámara de Diputados, para acceder a trayectorias, agendas políticas y actividades parlamentarias. El seguimiento diario e individualizado de las redes sociales permitió identificar perfiles y publicaciones de los jóvenes. La investigación demostró que existe una importante diversidad de candidaturas y que los jóvenes parlamentarios electos son campeones de votación, lo que apunta a un renovado interés en la participación en este árido espacio de presencia juvenil.*

PALABRAS CLAVE: *Representación política. Juventud. Participación política. Participación parlamentaria. Diversidade.*

ABSTRACT: *The analysis of “traditional” forms of political representation is a window to understand youth participation in its multiple belongings and agencies. We observed young candidates and elected officials for the Brazilian Chamber of Deputies between 2014 and 2022. We identified low youth representation, less than 4% aged up to 29, and a wide spectrum of political affiliation, including the so-called far right. As methodology, we analyzed Superior Electoral Court data, treating the profile and electoral performance. We followed websites of social movements and organizations, social networks, the Chamber of Deputies Portal, to access trajectories, political agendas and parliamentary performance. The daily and individualized monitoring of social networks made it possible to identify profiles and posts of young people. The research demonstrated that there is an important diversity of candidacies and that young elected parliamentarians are voting champions, which points to a renewed interest in participation in this arid space for youth presence.*

KEYWORDS: *Political representation. Youth. Political participation. Parliamentary participation. Diversity.*

Introdução

As intensas alterações no cenário político recente em países da América Latina apontam preocupações antigas e novas. Com alternâncias entre governos progressistas e governos de cunho autoritário, um dos elementos mais observados é a ascensão da extrema-direita (Messenberg, 2019; Pignataro; Tremínio; Chavarría-Mora, 2021; Semán, 2023)¹. O quadro se complexifica com pesquisas que apontam o crescente desinteresse na filiação partidária, que também se manifesta nas juventudes de países da região (Araújo; Perez, 2021). No Brasil a turbulência política tem sido intensa especialmente nos últimos 12 anos. Em pouco mais de uma década vivemos protestos de rua como as Jornadas de Junho de 2013, o impeachment da presidenta Dilma, a eleição do presidente Bolsonaro, a eleição do presidente Lula e a tentativa de golpe em 8 de janeiro 2023. Em todos esses momentos observamos a participação juvenil.

O desafio de analisar jovens parlamentares se coloca nestes marcos. Neste trabalho estão em foco o perfil de jovens candidatas/os e eleitas/os para a Câmara dos Deputados brasileira entre os anos de 2014 e 2022, bem como as trajetórias destes últimos, sobre os quais nota-se um amplo espectro de “filiação política”, incluindo mais recentemente expressões juvenis da denominada extrema-direita.

Um dos primeiros fatores tratados é a constatação da baixa representação juvenil no Congresso Nacional, menos de 4% dos deputados e deputadas federais tem menos de 29 anos², ampliando para 11,7 com até 35 anos em 2022. Esse quadro se reproduz eleição após eleição. No entanto, observamos parlamentares jovens eleitos campeões de votação e ainda, uma importante diversidade no perfil de candidaturas que aponta um interesse renovado na participação desse espaço árido para a presença juvenil. Consideramos que analisar essa forma “tradicional” de representação política é uma janela para compreender a participação juvenil em uma perspectiva dos seus múltiplos pertencimentos e desafios.

A contribuição apresentada é fruto da pesquisa *A Juventude no olho do furacão: identidades, ação política e organizações de juventude no Brasil*,³ que tem mapeado as formas de organização, representação e ação política das juventudes

¹ A definição ideológica de esquerda a extrema-direita tem sido alvo de esforços interpretativos. Aqui apontamos algumas dessas referências. Tomamos em especial o alinhamento com temas que mobilizam a oposição a ampliação de direitos humanos e sociais, bem como do reconhecimento da diversidade como elementos que hoje refletem posições de extrema-direita no mundo.

² Como recorte utilizamos a faixa etária determinada pelo Estatuto da Juventude (2013). Utilizamos ainda um segundo recorte dos 30 aos 35 anos para captar continuidade e reeleição, e ainda o fato de os cargos sucessórios da Presidência da República exigirem idade de 35 anos ou mais.

³ Comitê de Ética – O Projeto sob processo 23083.040349/2020-69 foi aprovado pelo COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRRJ / CEP (PARECER Nº 1124 / 2020 - PROPPG (12.28.01.18) e está em conformidade com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

brasileiras dos anos 2000 em diante⁴. Por sua vez, a pesquisa integra o Grupo de Trabalho Infâncias e Juventudes do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e o *Observatório en Infancias y Juventudes*. Os resultados evidenciam que as construções de representação política atravessam configurações formais, como espaços parlamentares, e incorporam as novas tecnologias, com o uso intenso de redes sociais (Ramos, 2015; Gomes, 2017). Esse encontro de agendas e de repertórios produz novas identidades políticas, e articula “novas” e “antigas” formas de organização e mobilização, posicionadas em dinâmicas de múltiplos pertencimentos.

Como marcos teóricos consideramos juventudes em sua construção como categoria social e política (Castro, 2013, 2022), em sua pluralidade com múltiplas identificações e pertencimentos (Novaes, 1998; Perez, Vommaro, 2023) e a partir de construções históricas, culturais e de identidades que mobilizam subjetividades e construções coletivas (Brah, 2006). A partir destas abordagens a análise do contexto da participação política juvenil no Brasil revela a interrelação entre organização e ação política e processos de institucionalização governamental de direitos e políticas públicas.

Os governos Lula (2003- 2006/2007-2010) e Dilma (2011-2014/2015-2016) deram visibilidade ao tema “juventudes” com a criação de marcos regulatórios, de políticas públicas e com a institucionalização da representação juvenil, por meio de órgãos de execução das chamadas PPJs (Políticas Públicas de Juventude). Vale lembrar que as ações no âmbito do Estado se deram em meio a um intenso debate acadêmico com especialistas nos estudos sobre geração e juventudes, articulados, por sua vez, com jovens pesquisadores e lideranças juvenis de inúmeros movimentos sociais (Dulci; Macedo, 2019). Desse caldo, o que observamos foi um acionamento inédito da categoria juventude como identidade política.

Vale notar que as possibilidades de inserção no espaço público e o cruzamento com outros temas políticos ganham densidade, se percebidos a partir de marcadores da diferença que expressam formas de dominação: classe, raça, etnia, gênero e sexualidade. Assim, a interseccionalidade (Stolcke, 2006; Brah, 2006) torna a atuação política daqueles que se autoidentificam como jovens, um processo denso de significados. Isso se materializa na forma de expressarem seus múltiplos pertencimentos e agendas. Esses temas também são alvo de disputa entre diferentes projetos políticos abraçados pelas juventudes.

Há, ainda, um crescente e tenso diálogo entre formas de participação política tidas como “tradicionais” – partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações e cooperativas – e as chamadas “novas formas” organizativas juvenis, “mais horizontais” e ainda, interseccionadas por múltiplos pertencimentos. O pre-

⁴ Desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Juventude, participação política e representação social (UFRRJ). A equipe da pesquisa é composta por estudantes de graduação.

sente estudo enfatiza como práticas políticas das/os jovens ultrapassam e até mesmo quebram dicotomias entre “novo” e “velho”. Suas múltiplas trajetórias demonstram como a construção de identidades políticas combina processos individuais com lutas coletivas, associando formas de sociabilidade, históricos familiares, de trabalho, de mobilidade espacial, dentre outras.

A ênfase nessas dicotomias – novo/velho; horizontal/hierarquizado – não configura novidade no campo de estudos das ciências sociais. Desde, pelo menos, meados do século XX, tais categorias são mobilizadas para explicar fenômenos de efervescência social. De 2013 e, sobretudo, de 2014 para cá, o Brasil vivenciou processos de mudança que contou com a participação relevante dos chamados novos atores organizados. Nesse contexto, observou-se um distanciamento da disputa por reconhecimento, distribuição de recursos e acesso a direitos (Fraser, 2001; 2007) em direção à disputa no *tempo da política* (Palmeira, 1996), isto é, da disputa eleitoral que se alonga desde esse período e por utopias de modelos de sociedade.

A partir dos anos 2011-2013 vivenciamos mobilizações de massa internacionais e nacionais com forte presença da *juventude*. Uma marca foi o uso da internet como forma de mobilização agregada à mobilização de massa em espaços públicos e a agenda antineoliberal (Harvey *et al.*, 2012). No Brasil um divisor de águas foram as Jornadas de 2013, mais de 10 anos após esse importante movimento de massas, diferentes percepções e leituras se apresentam sobre o que representou e como as juventudes atuaram (Gohn, 2016; Altman; Carlotto, 2023; Perez, 2021; Castro, 2023). Dessa potente explosão de rua temos hoje jovens atuantes que se autoidentificam como progressistas, de esquerda, se organizam em coletivos e em partidos, bem como em movimentos conservadores, autoidentificados como de direita, liberal e mesmo de extrema-direita.

Em 2014 dois momentos marcam o surgimento de novos atores: a partir dos movimentos Não Vai ter Copa⁵, no primeiro semestre, com mobilizações contra os megaeventos; e, no segundo semestre, o período eleitoral com o Vem Pra Rua (VPR), Revoltados On-line, Movimento Brasil Livre (MBL) (Barbosa, 2017), dentre outros, se opondo à reeleição da presidenta Dilma⁶. Observamos também a reordenação de pautas e agendas de organizações configuradas em outros contextos, a exemplo do Levante Popular da Juventude⁷, bem como a ampliação de movimentos antifascistas,

⁵ Sobre o debate da Copa do Mundo de 2014 como megaevento e seus impactos ver Jennings *et al.* (2014).

⁶ A matéria de *El País* de 15/03/2015 apresenta uma síntese a partir das declarações de representantes das 3 organizações demonstrando o que os aproximam: o anti-petismo e a oposição ao Governo Dilma Ruseff e as suas. (Bendelli; Martín, 2015).

⁷ O Levante Popular da Juventude surgiu como um movimento regional do Rio Grande do Sul. Em 2011 assume a pauta dos direitos humanos. Em 2014 é um dos movimentos que se posiciona a favor da reeleição de Dilma e, mais tarde, contra o processo de impeachment, com a denúncia de que se tratava de um golpe.

como o Movimento Antifacista Brasil (ANTIFA) que cresce em estados brasileiros com o surgimento de movimentos locais e nacionais, como o Periferia Antifacista nas torcidas de futebol⁸.

O período recente, que ainda não se encerrou, se apresenta como um momento extremo de disputa por atuação direta na política que se inicia no *tempo da política*, isto é, as eleições de 2014 (Palmeira, 1996). São marcos o golpe contra presidente Dilma em 2016⁹, o governo Temer, o governo Bolsonaro e a eleição do presidente Lula em 2022.

Esse novo cenário instigou-nos a observar as formas de identificação política da juventude e os sentidos para a sua mobilização. Os resultados aqui apresentados se referem à análise das eleições de 2018, em comparação com a de 2014 e levantam apontamentos preliminares relativos ao pleito de 2022. As juventudes se fazem presentes ao longo de todo o espectro político-eleitoral brasileiro e latino-americano, porém, dentre as novidades, destaca-se sua presença notória nas movimentações identificadas com a extrema-direita. Compreender por que isso ocorre é um dos objetivos da pesquisa em curso.

Como metodologia adotada analisamos os dados da plataforma de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral¹⁰, tratando o perfil e desempenho eleitoral de candidatas/os e eleitas/os, comparando 2014 e 2018 e pontuando 2022. A análise levou em consideração os seguintes recortes e cruzamentos: i) cor/raça, gênero, até 29 anos e de 30 a 35 anos, e jovens e “não jovens”; ii) escolaridade, atividade/profissão eleitos; iii) filiação partidária; candidaturas/eleitos jovens iv) dados totais votação jovem, o total da votação com os cortes X Câmara; v) movimentos de renovação e reeleições; vi) votação total por eleitos ranqueamento/peso eleitoral nacional e sua representatividade ponderada no respectivo estado. Utilizamos ainda sites de movimentos e organizações sociais, as redes sociais dos candidatos e eleitos, bem como o Portal da Câmara dos Deputados¹¹, para acesso a trajetórias, agendas políticas e atuação parlamentar. O método de levantar os dados das redes sociais foi individualizado, por meio do acompanhamento cotidiano das redes e sites, identificando os perfis e postagens produzidos pelos próprios jovens observados. Por meio de prints e análise do conjunto das manifestações captadas, observamos como

⁸ Ver: FRAGMENTO SUB-VERSO. Por que criar e apoiar Antifas locais e redes antifascistas no Brasil? Publicado em 30 novembro, 2014. Disponível em: <https://fragmentosubverso.wordpress.com/2014/11/30/por-que-criar-e-apoiar-antifas-locais-e-redes-antifascistas-no-brasil/>. Acesso em: 20 set. 2024.

⁹ A construção do processo de impeachment e seu desfecho, com forte participação da mídia e do bloco político que se forma após sua reeleição em 2014, podem ser definidos como um golpe político. O impeachment foi finalizado sem que os supostos crimes de responsabilidade tenham sido confirmados. (Benevides *et al.*, 2018).

¹⁰ BRASIL. Portal de Dados Abertos do TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: 20 set. 2024b.

¹¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 set. 2024a.

se descreviam, a linguagem utilizada, que agendas apresentavam, se acionavam ou não a identidade juvenil. Outro site utilizado foi o Congresso em Foco do portal UOL para observar, em diálogo com o site do Congresso Nacional como atuaram em seus mandatos.

Assim, na sequência desta Introdução, e com especial atenção a 2018, apresentamos os dados e as análises do perfil das e dos jovens candidatos e eleitos. Em seguida, na terceira seção, discutimos os pilares das identidades juvenis, bem como as agendas e as políticas públicas de juventude. Finalmente, a quarta e última seção aponta considerações finais e a agenda futura de pesquisa.

1. Juventudes na Política: eleições nacionais para a Câmara dos Deputados

A representação juvenil, de pessoas com até 29 anos, no Congresso Nacional brasileiro tem se mantido baixa. Considerando a Câmara dos Deputados, foram 20 eleitos em 2014, 19 em 2018 e 18 em 2022, o que representa uma média abaixo de 4%. As vitórias eleitorais não expressam, contudo, o número de candidaturas, como fica evidente nos casos de 2014 e 2018. Considerando que 23% (aproximadamente 48,5 milhões de pessoas) da população brasileira é jovem, tem-se expressiva sub-representação juvenil no universo total das candidaturas ao parlamento. (Brasil, 2024b).

A análise das/dos 19 jovens eleitas/os para a Câmara Federal em 2018 evidenciou que há maior pluralidade entre candidaturas do que entre eleitas/os. O acompanhamento de suas trajetórias nos levou a um processo de desessencialização das representações que reforçam a imagem da juventude como o “novo”, associado a uma expectativa de transformação, presente sobretudo nos ambientes da esquerda. Muitas/os jovens reproduzem mecanismos, práticas políticas e a formação de capital político (Bourdieu, 1989), com o objetivo de se manter nos espaços de representação formal, que podem ser lidos como formas consolidadas, ou tradicionais, de reprodução de mandatos.

A análise dos perfis de atuação política das juventudes eleitas nos permite identificar duas trajetórias frequentes: a reprodução do capital político familiar, por “herança”; e a projeção alcançada pela via da renovação, fruto da atuação das/os jovens em mobilizações, em organizações sociais e/ou redes sociais. Os dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹², relativos às eleições de 2014 e 2018¹³, nos permitem traçar e classificar os perfis das juventudes. A proporção de

¹² Dados organizados por Luiza Dulci e Daniel Andrade. Nesta primeira parte agregamos dados estaduais e distrital (Brasil, 2024b).

¹³ Optamos por desconsiderar as candidaturas classificadas como “inaptas” pelo TSE.

candidaturas jovens em relação ao total das candidaturas, não variou muito entre os pleitos de 2014 e 2018. Em 2014, 5,91% (1.305) das candidaturas foram de jovens, 936 para deputados estaduais e distritais e 369 para federais. Em 2018, 5,34% (1.395) dos candidatos tinham menos de 29 anos, sendo 1020 postulantes à Câmara Federal, 364 às Assembleias Estaduais ou Distrital e 1 ao Senado Federal.

A Tabela 1, a seguir, informa a distribuição das candidaturas jovens por partido e nos permite visualizar o crescimento ou a redução das candidaturas nos pleitos de 2014 e 2018. Os dados estão organizados em sentido decrescente, ou seja, os partidos com o maior número de jovens candidatos em 2018 localizam-se no topo da tabela.

Tabela 1 – Candidatos aptos menores que 30 anos para as eleições federais e estaduais/distrital - número (n) de candidatos e porcentagem (%) relativa ao total de cada partido.

Partidos	2014		2018		Δ 2014-2018	
	%	N	%	N	%	N
PSOL	10,78%	121	9,26%	117	-3,3%	-4
PSL	4,12%	28	6,52%	90	221,4%	62
REDE	0,00%	0	8,54%	69	-	69
PATRIOTAS	8,51%	67	6,12%	66	-1,5%	-1
PROS	6,83%	28	6,37%	64	128,6%	36
PedoB	6,71%	51	7,79%	59	15,7%	8
AVANTE	6,56%	43	5,43%	51	18,6%	8
PSDB	5,66%	56	5,59%	49	-12,5%	-7
PRTB	6,63%	40	5,19%	44	10,0%	4
PHS	6,25%	51	4,81%	43	-15,7%	-8
PT	4,49%	55	3,60%	42	-23,6%	-13
PRP	4,65%	36	4,63%	40	11,1%	4
SOLIDARIEDADE	6,95%	33	5,42%	39	18,2%	6
PDT	4,88%	45	4,33%	38	-15,6%	-7
DC	5,80%	37	5,86%	38	2,7%	1
PPS	5,86%	33	6,17%	37	12,1%	4
PTC	5,62%	37	5,13%	35	-5,4%	-2
PMN	7,29%	35	5,33%	35	0,0%	0
PP	4,20%	29	4,94%	35	20,7%	6
PV	4,92%	46	4,12%	34	-26,1%	-12
MDB	3,45%	39	3,34%	34	-12,8%	-5

*Representação política das juventudes no Brasil:
jovens candidatos/las e eleitos/las para a Câmara dos Deputados 2014 – 2022*

Partidos	2014		2018		Δ 2014-2018	
	%	N	%	N	%	N
PODEMOS	5,79%	31	4,02%	34	9,7%	3
PR	3,95%	28	5,03%	34	21,4%	6
DEMOCRATAS	3,66%	20	5,08%	33	65,0%	13
PSB	6,02%	71	3,68%	32	-54,9%	-39
PSD	5,36%	33	4,63%	30	-9,1%	-3
PSC	5,63%	47	3,60%	29	-38,3%	-18
PPL	7,21%	29	5,33%	28	-3,4%	-1
PRB	4,40%	29	3,47%	28	-3,4%	-1
PTB	4,49%	37	4,52%	27	-27,0%	-10
PCB	10,85%	14	13,58%	11	-21,4%	-3
PSTU	18,21%	53	4,23%	8	-84,9%	-45
PCO	9,09%	3	20,59%	7	133,3%	4
Total Geral	5,91%	1305	5,34%	1395	6,90%	90

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE. Pesquisa Juventude no Olho do Furacão – UFRRJ, por Luiza Dulci.

Considerando o total de 33 partidos que lançaram candidaturas ao parlamento em 2018, vemos um aumento de 90 candidaturas de pessoas com até 29 anos, o que equivale a uma proporção de 6,9%. Enquanto metade dos partidos (17) reduziu o número de candidaturas jovens, outra metade (16) ampliou o número de jovens candidatos. Dentre os que tiveram redução entre os pleitos de 2014 e 2018, as maiores perdas ocorreram no PSTU (-45), no PSB (-39), no PSC (-18), no PT (-13) e no PV (-12). A Rede aparece como o partido que mais ampliou suas candidaturas jovens, porém deve ser desconsiderada da análise, uma vez que a legenda não existia no pleito de 2014. Em seguida vem o PSL, que passou de 28 para 90 jovens – em parte impulsionado pela candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República. O terceiro maior salto corresponde ao Pros que passou de 28 para 64 jovens candidatos, o que também pode ser explicado por ser uma legenda relativamente recente, fundada em 2010. Em quarto lugar aparece o DEM, com um crescimento positivo de 13 candidaturas jovens, que recebeu candidatos do MBL. Os demais partidos apresentaram mudanças menos expressivas.

Chamam a atenção os números do PSOL, que apesar de ter apresentado crescimento negativo (-4) entre 2014 e 2018, manteve o maior número de candidaturas jovens nos dois pleitos, 121 e 117, respectivamente. As candidaturas jovens do PSOL chegaram a mais de 10% de todas as candidaturas jovens em 2014 e ainda em 2018 estavam em número bastante superior aos dos demais partidos concorrentes. O PSOL

foi também a legenda que mais elegeu jovens para a Câmara dos Deputados em 2018. Outro partido tradicionalmente ligado à juventude, com ênfase no movimento estudantil secundarista, universitário e de pós-graduação, o PC do B, aumentou de 51 para 59 candidaturas jovens entre as duas eleições. Três dos mais importantes partidos da política brasileira, PT (-13), PSDB (-7) e MDB (-5) reduziram o número de jovens em suas chapas eleitorais.

Os marcadores sociais de gênero, raça e sexualidade, quando comparadas as candidaturas jovens e aquelas com mais de 30 anos de idade são relevantes. Nota-se um equilíbrio nas candidaturas de mulheres e homens entre jovens, ao passo que entre não jovens há enorme disparidade, com a prevalência de homens. Enquanto 49,8% e 47,5% das candidaturas jovens em 2014 e 2018 eram de mulheres, a proporção de não jovens foi de 27,4% e 30%, respectivamente nos dois pleitos.

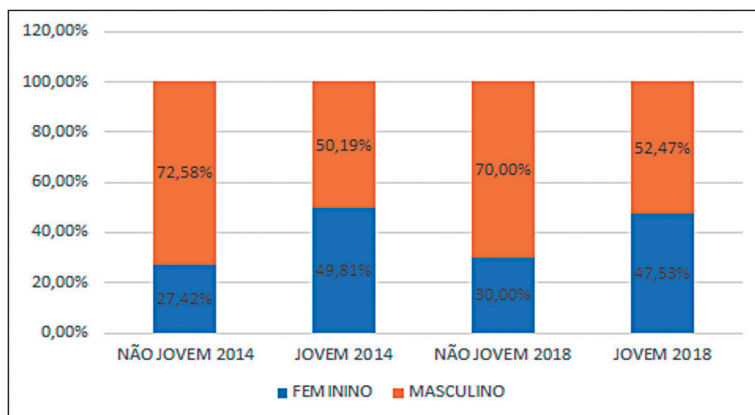
Tabela 2 – Candidatos aptos menores que 30 anos para as eleições federais e estaduais, por cor, segundo gênero/sexo.

Sexo/Raça	2014	2018	Δ 2014-2018
Mulher	650	663	2%
Branca	325	306	-6%
Parda	248	275	11%
Preta	69	77	12%
Indígena	3	3	0%
Amarela	5	2	-60%
Homem	655	732	12%
Branco	368	398	8%
Pardo	217	250	15%
Preto	65	77	18%
Indígena	3	4	33%
Amarelo	2	3	50%
Total Geral	1305	1395	7%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE. Pesquisa Juventude no Olho do Furacão – UFRRJ, elaborada por Luiza Dulci.

O Gráfico 1 nos permite visualizar a diferença entre jovens e não jovens no quesito sexo.

Gráfico 1 – Candidatos aptos jovens e não jovens por sexo 2014-2018.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE. Pesquisa Juventude no Olho do Furacão – UFRRJ, elaborado por Luiza Dulci.

No caso da variável cor/raça, também se nota disparidade significativa, com destaque para as mulheres jovens, cuja maioria é não branca. Há mais igualdade entre as jovens brancas e não brancas do que entre aquelas com 30 anos ou mais. A proporção de mulheres pretas, pardas, indígenas e amarelas jovens em 2014 e 2018 foi, respectivamente, 50% e 53,9% considerando o total das candidaturas jovens. Já entre candidatas com mais de 30 anos foi de 46% e 48%, respectivamente. Entre os homens, os jovens pretos, pardos, indígenas e amarelos eram 43,8% e 45,6% em 2014 e 2018, já entre os com mais de 30 anos foi de 43,5% e 46,4%.

As candidaturas de transexuais podem ser contabilizadas pela utilização do nome social. Em 2014, nenhuma candidatura, considerando todas as idades, fez uso de nome social. Já em 2018, foram 4 candidatas mulheres transexuais jovens, duas federais e duas estaduais, e 23 candidatas mulheres acima de 29 anos, 7 para a Câmara Federal e 17 para as assembleias estaduais. Em 2022 tivemos as primeiras pessoas trans eleitas para a Câmara Federal: Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), ambas vereadoras em São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente.

O pleito de 2018 elegeu 19 parlamentares jovens para a Câmara Federal, os quais corresponderam a 3,7% das 513 cadeiras disponíveis. Foram quatro mulheres e quinze homens, eleitos por 11 estados da federação: Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo elegeu cinco jovens; Paraná, 4; e Maranhão, 2; e os demais, somente um deputado.

Tabela 3 – Jovens eleitos para a Câmara Federal em 2018

Nome/Estado	Nascimento	Partido	Sexo	Cor/Raça	Escolaridade	Ocupação
Uldurico Júnior/BA	30/01/1992	PPL*	M	Parda	Superior Comp.	Deputado
Felipe Rigoni/ES	13/06/1991	PSB	M	Branca	Superior Comp.	Outros
André Fufuca/MA	27/08/1989	PP	M	Parda	Superior Comp.	Deputado
Júnior Marreca Filho/MA	25/04/1992	PATRI	M	Branca	Superior Incomp.	Outros
Emanuelzinho/MT	05/01/1995	PTB	M	Branca	Superior Incomp.	Empresário
Pinheirinho/MG	30/05/1991	PP	M	Branca	Superior Incomp.	Empresário
Hugo/PB	11/09/1989	PRB	M	Branca	Superior Comp.	Médico
Aliel Machado/PR	26/02/1989	PSB	M	Branca	Superior Incomp.	Deputado
Filipe Barros/PR	29/05/1991	PSL	M	Branca	Superior Comp.	Vereador
Felipe Francischini/PR	02/10/1991	PSL	M	Branca	Superior Comp.	Deputado
Luisa Canziani/PR	11/04/1996	PTB	F	Branca	Superior Incomp.	Estudante**
João Campos/PE	26/11/1993	PSB	M	Branca	Superior Comp.	Engenheiro
Marcos A. Sampaio/PI	19/09/1991	MDB	M	Branca	Superior Comp.	Advogado
Chris Tonietto/RJ	14/05/1991	PSL	F	Parda	Superior Comp.	Advogado
Alexandre Leite/SP	18/04/1989	DEM	M	Branca	Superior Comp.	Deputado
Tabata Amaral/SP	14/11/1993	PDT	F	Branca	Superior Comp.	Cientista Político
Sâmia Bomfim/SP	22/08/1989	PSOL	F	Branca	Superior Comp.	Outros
Enrico Misasi/SP	06/08/1994	PV	M	Branca	Superior Comp.	Advogado
Kim Kataguirí/SP	28/01/1996	DEM	M	Amarela	Superior Incomp.	Escritor e crítico

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE. Pesquisa Juventude no Olho do Furacão – UFRRJ, elaborada por Luiza Dulci.

* Em 2019, após a fusão dos partidos PPL e PCdoB, Uldurico filiou-se ao PROS.

** A denominação completa da categoria é “estudante, bolsista, estagiário e assemelhado”.

Com relação ao marcador de cor/raça, vemos que a maioria dos eleitos (15) se autodeclarou cor “branca”; 3 se autodeclararam cor “parda” e um, “amarela”. As informações relativas ao grau de escolaridade indicam que todos concluíram o ensino médio e ingressaram no ensino superior, sendo que a maioria (13) possuíam diploma de ensino superior completo. As informações sobre a ocupação refletem os dados de escolaridade. A deputada eleita mais jovem, Luisa Canziani, foi a única a se declarar “estudante”. Interessante notar que cinco parlamentares declararam ter ocupação de “deputado” e um de “vereador”. Dos 19, há cinco parlamentares reeleitos. Com relação à distribuição por partido, vemos que há grande dispersão. Os dois partidos com mais jovens são PSL e PSB, cada um com 3 jovens eleitos; PTB, DEM e PP elegeram 2 jovens; e os demais, 1 jovem.

*Representação política das juventudes no Brasil:
jovens candidatos/las e eleitos/las para a Câmara dos Deputados 2014 – 2022*

O desempenho eleitoral de cada um dos 19 jovens eleitos para a Câmara Federal em 2018 pode ser visualizado na tabela 4, a seguir.

Tabela 4 – Votação dos jovens eleitos para a Câmara Federal em 2018, até 29 anos.

Nome/Estado	Votação (n)	Posição no estado
Uldurico Júnior/BA	66343	34
Felipe Rigoni/ES	84405	2
André Fufuca/MA	105583	9
Júnior Marreca Filho/MA	79674	13
Emanuelzinho/MT	76781	3
Pinheirinho/MG	98404	25
Hugo/PB	92468	5
Aliel Machado/PR	95386	14
Filipe Barros/PR	75344	24
Felipe Francischini/PR	241537	2
Luisa Canziani/PR	90249	18
João Campos/PE	460387	1
Marcos Aurélio Sampaio/PI	73302	8
Chris Tonietto/RJ	38525	37
Alexandre Leite/SP	116416	34
Tabata Amaral/SP	264450	6
Sâmia Bomfim/SP	249887	8
Enrico Misasi/SP	108038	36
Kim Kataguirí/SP	465855	4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE. Pesquisa Juventude no Olho do Furacão – UFRRJ, elaborada por Luiza Dulci.

O campeão de votos, proporcionalmente, foi o deputado João Campos, eleito pelo PSB de Pernambuco, com 460.387 votos, correspondentes a 10,63% do eleitorado de seu estado. Já Kim Kataguirí, eleito pelo DEM, foi o campeão de votos em números absolutos (465.855), que corresponderam a 2,21% do eleitorado de São Paulo. Os dados sobre a colocação dos parlamentares em cada estado nos permitem verificar que muitos dos jovens eleitos tiveram votações expressivas, se colocando entre os mais votados em seus estados. João Campos foi o único jovem mais votado em seu estado, e em 2020 foi eleito prefeito de Recife. Já entre os cinco mais votados há Felipe Rigoni, 2º Espírito Santo; Felipe Francischini, também 2º, no Paraná; Emanuelzinho, 3º, no Mato Grosso; Kim Kataguirí, 4º em São Paulo;

e Hugo, 5º na Paraíba. Além deles, André Fufuca, Tábata Amaral, Marco Aurélio Sampaio e Sâmia Bomfim estiveram entre os dez mais votados em seus estados. O fenômeno “super votação” se repetiu em 2022 com Nikolas Ferreira 26 anos (PL) seguidor de Bolsonaro. Deputado mais votado do país com mais de 1 milhão e 400 votos Nikolas tem entre suas agendas: homofobia, misógina, pró-armas, tranfobia e ocupa a presidência da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

As origens e trajetórias políticas dos parlamentares eleitos são bastante diversas. Confirmando uma tradição da política brasileira, muitos são filhos, netos ou sobrinhos de políticos com atuação local ou nacional. Esse é o caso de 11 dos 19 eleitos. Dentre esses, alguns se candidataram pela primeira vez no pleito de 2018 (caso de Júnior Marreca Filho, Emanuelzinho, Luisa Canziani, João Campos e Marcos Aurélio Sampaio). Outros foram reeleitos para a Câmara Federal (Uldurico Júnior, André Fufuca, Hugo e Alexandre Leite), e ainda um deles exercia mandato de deputado estadual (Felipe Francischini). Em 2012, Pinheirinho foi eleito prefeito de Ibité-MG, município localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG. Dos parlamentares que têm origem em famílias ligadas à política, e já ocupavam cargos antes de 2018, há Aliel Machado (eleito vereador por Ponta Grossa-PR em 2012 e deputado federal em 2014), Felipe Barros (eleito vereador por Londrina-PR em 2016) e Sâmia Bomfim (eleita vereadora por São Paulo-SP em 2016).

Uma arena política que historicamente fomentou a formação de jovens lideranças é o movimento estudantil (Gonçalves, 2001). Considerando os jovens eleitos em 2018, tem-se que quatro atuaram nos espaços do movimento estudantil organizado. Felipe Rigoni tem trajetória no movimento de empresas juniores, tendo sido presidente da empresa júnior do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Conselho da Confederação Brasileira de Empresas Juniores. Aliel Machado iniciou sua militância ainda como secundarista, tendo sido presidente do grêmio estudantil e da União Municipal dos Estudantes de Ponta Grossa. À época, Aliel era militante da União da Juventude Socialista (UJS), movimento ligado ao PCdoB. Pelo mesmo partido foi candidato a vereador em 2008 e conquistou uma vaga no pleito seguinte, em 2012, quando foi também presidente da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa. Em 2016 foi candidato a prefeito e em 2014 elegeu-se deputado federal, também pelo PCdoB. Em 2015, filiou-se à Rede Sustentabilidade e em 2018 acompanhou o movimento de parcela do partido que migrou para o PSB. Sâmia Bomfim é a terceira oriunda do movimento estudantil organizado, tendo atuado no Centro Acadêmico da Faculdade de Letras e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo (USP). Felipe Barros graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde foi Presidente do DCE.

Ainda na área da educação, destaca-se a deputada Tábata Amaral. Quando criança, Tábata venceu diversas competições e olimpíadas na área de matemática e

física, as quais lhe renderam bolsas de estudos em colégios renomados em São Paulo e a oferta para cursar graduação em várias universidades norte-americanas. Graduou-se em Ciência Política e Astrofísica em Harvard e é cofundadora dos movimentos Mapa Educação e Acredito, ligados à educação e ao lema da “renovação da política”, respectivamente. Outro deputado ligado ao movimento Acredito é Felipe Rigoni.¹⁴

Alguns parlamentares se projetaram politicamente a partir de plataformas conservadoras, ligadas à movimentos de direita ou à religião. Kim Kataguirí e Felipe Barros advém do Movimento Brasil Livre (MBL), sendo Kim sua principal figura pública atualmente. Tornou-se conhecido ao fazer um vídeo contra a então Presidenta Dilma Rousseff e as políticas públicas dos governos do PT. À época era estudante de Economia na Universidade Federal do ABC, tendo abandonado o curso ainda no segundo ano, se identificando com as ideias de economistas liberais como Ludwig Von Mises. Logo se aproximou de políticos tradicionais, como Eduardo Cunha, e se somou à organização da Marcha para Brasília, contra o governo Dilma, no início de 2015. No entanto, no início do seu mandato se afasta de temas considerados de cunho moral e reforça a agenda econômica liberal¹⁵. Reeleito em 2022 (União Brasil) apresenta sua candidatura para a Prefeitura de São Paulo em 2024.

Felipe Barros combinou sua atuação no movimento estudantil com inserções em coletivos de direita. Foi integrante do Movimento Direta Paraná e ativista pró-vida (movimento contra o aborto) e pró-família. Integrou o MBL até 2018 quando filiou-se ao PSL. Chris Tonietto, também eleita deputada pelo PSL, projetou-se politicamente em função de uma ação contra o vídeo “Céu Católico”, produzido pelo canal do youtube Porta do Fundos. Chris é católica, integrante do Coletivo Cultural Católico Dom Bosco, e se posicionou contra o vídeo que teria conteúdo crítico contra a fé católica. Outro deputado ligado à igreja é Felipe Francischini, também eleito pelo PSL, evangélico, membro da Assembleia de Deus. Enrico Misasi não se identifica diretamente com a igreja, mas trabalhou como assessor parlamentar do deputado estadual Reinaldo Alguz, de São Paulo, que tem como uma de suas importantes bases de atuação o movimento de renovação carismática da igreja católica.

Observamos, portanto, que temos uma diversidade importante nas candidaturas, no entanto, um perfil marcadamente masculino, heteronormativo, branco e de reprodução majoritariamente de continuidades de capital político familiar e/ou de trajetória de inserções institucionais lidas como “tradicionais” de eleitos. Veremos que nas agendas políticas há variações importantes que reforçam múltiplos pertencimentos.

¹⁴ Acredito e Renova BR movimentos com apoio empresarial, como do grupo Lemann, para a formação política de jovens.

¹⁵ Conforme anunciado pelo deputado, “o principal objetivo desses quatro anos é aprovar uma reforma previdenciária. Vai ser o foco do meu mandato porque é o principal problema do país”. (Miltão; Ramalho, 2019, n. p.).

2. Juventude como identidade e como agenda política

Desde a retomada democrática do final da década de 1980 o Brasil experimenta um processo contínuo, porém não linear, de institucionalização de direitos e de políticas públicas criadas ou derivadas da Constituição Federal de 1988. A constituição dos sistemas únicos de políticas – de saúde, de assistência social, de segurança alimentar e nutricional – é expressão desse movimento de reconhecimento conceitual, prático e político de diversos segmentos sociais historicamente marginalizados. Aí também se encontram as juventudes, que foram formalmente incorporadas à agenda pública nacional em 2005 e com o Estatuto da Juventude, de 2013, passaram a fortalecer a pauta do Sistema Nacional de Juventude, o Sinajuve. (Castro; Macedo, 2019). Este é o percurso recente da vivência de uma gama de processos e formas de participação política e representação institucionalizada crescente na esfera pública. (Ribeiro; Romão; Seidel, 2021)

Como se sabe, a eleição de 2018 representou uma reviravolta política no Brasil. Diversas conquistas, direitos e políticas públicas foram atacados, extintos e reconfigurados para atender às prioridades conservadoras que se impuseram ao país. Tais mudanças renderam profundo impacto para a agenda política e cultural das juventudes brasileiras. No plano institucional, o desmantelamento das PPJs a nível nacional acarretou correspondente enfraquecimento das políticas de juventude nos estados e nos municípios. Com isso, a defesa das PPJs, que lentamente se consolidava na agenda pública das últimas décadas, perdeu espaço nos discursos e nas pautas das juventudes brasileiras.

A análise do lugar das juventudes nas leis do Plano Plurianual (PPA) evidenciam a ascensão no início dos anos 2000 e 2010 e o retrocesso recente. Os documentos dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), são o retrato da intensa disputa em curso, internamente em cada governo e com a sociedade. Observamos uma trajetória muito sensível as mudanças de governo. De *jovem em situação de risco*, sem uma identificação clara; passando pela inclusão da população jovem nas políticas públicas, com programa e orçamento definido, no segundo governo Lula; para uma ampliação de caracterização e objetivos nos governos Dilma, ao desaparecimento no Plano Plurianual (PPA) do Governo Bolsonaro. (Castro; Oliveira; Rico, 2024).

Portanto, pensar a participação juvenil no parlamento é também observar a identificação de jovens candidatos e eleitos como jovens, e com agendas políticas, dos direitos e das políticas públicas que possam ser classificadas como de juventude ou que os próprios assim os nomeiem. Os/as jovens parlamentares pesquisados em 2018 demonstraram diferentes formas de se relacionar com a agenda de juventude propriamente dita, e ainda ao chegarem no Congresso, parte daqueles que tinham

relação com as bandeiras juvenis, foram se afastando da pauta. Entender como e por que isso se deu também é um dos objetivos da presente investigação.

Há elementos que sugerem que essa postura pode ser uma forma de se afastar da condição juvenil, que associa juventude com *transição* (Castro, 2013), carregada de percepções como *politicamente em formação, inexperiência, cidadãos do futuro*. Aspectos que tendem a diminuir a legitimidade para expor e defender ideias e visões de mundo no parlamento (Castro, *et al.*, 2009). O peso destes fatores pode justificar a baixa representação de jovens até 29 anos no Congresso, que se mantém em pouco mais de 4%.

Uma leitura recorrente é de que a atuação juvenil carrega renovação e oposição a formas “tradicionais” de atuação política e que, por isso, as/os jovens seriam avessos a participação em partidos e à representação parlamentar. Contudo, nosso levantamento, com parlamentares eleitos em 2018, apontou “super votações” no espectro da direita e da extrema-direita e intensa participação parlamentar de jovens como Kim Kataguiri (DEM/SP) e Chris Tonieto (PL/RJ) em 2018. Em 2022 vimos movimentações semelhantes no campo da direita e novamente foram registradas votações expressivas e intensa atuação na cena política de candidatos e de parlamentares eleitos como Nikolas Ferreira (PL/MG), o deputado federal mais votado do Brasil, e Kim Kataguiri (União Brasil. SP), dentre outros.

Acompanhar os parlamentares eleitos em 2018, sua trajetória e a reeleição de alguns deles em 2022, permitiu observar uma intensa movimentação partidária e, também, suas inserções em movimentos e coletivos, que acompanharam a disputa nacional. Por exemplo, Kim Kataguiri eleito pelo DEM, em 2018 migrou para o União Brasil; Fellipe Barros com uma trajetória partidária mais longa (inicia sua filiação no PSDB), se elegeu pelo PSL em 2018, passa pelo União Brasil e se reelege em 2022 pelo PL; Chris Tonietto também passa pelo PSL, União Brasil e se elege em 2022 pelo PL. Dos candidatos de 2022 e que é suplente na Câmara temos um nome que se destaca, Fernando Holiday eleito vereador de São Paulo em 2018 pelo DEM, passa pelo Patriotas, Novo e suplência pelos Republicanos em 2022. A movimentação partidária desses parlamentares se afasta ou se mantém fiel a Bolsonaro e/ou às agendas da extra direita. Contudo, observamos que se unificam nas agendas econômicas. Já as deputadas Tabata Amaral (PDT) e Samia Bonfim (PSOL) se mantiveram nas suas filiações partidárias entre 2018 e suas reeleições em 2022.

Em 2018 observamos uma forte presença de coletivos que se autodenominam Bolsonaristas, assim como de coletivos que se apresentam no cenário defendendo posições autodenominadas *liberais, conservadoras*. O período que seguiu as eleições de 2018 foi marcado por um tensionamento nesse campo que gerou o afastamento do MBL, por exemplo, da associação ao Bolsonaro, abandono mais direto das pautas de valores e concentração nas pautas de oposição ao petismo, defesa de pautas liberais

e de redução do estado. A ruptura se apresenta de forma mais evidente em 2019 quando das acusações e demandas por investigação de Flávio Bolsonaro:

O deputado disse que é um aliado “crítico” do presidente. Ele entende que setores da militância bolsonarista defendem o filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), envolvido em uma investigação cível do Ministério Público, sob qualquer aspecto. Kim publicou em suas redes sociais uma foto de uma máquina de refrigerante em que apoiava investigar tanto políticos de esquerda quanto de direita. “Hoje eu apanho muito da militância do Bolsonaro”, lembra. Para ele, parte da militância enxerga o atual presidente da República como um “coronel”. Esses setores exigiam menos indícios para se queixar da corrupção do PT em relação ao que estão exigindo agora sobre o caso Flávio. (Miltão; Ramalho, 2019, n.p.).

Esse posicionamento gerou reações internas ao movimento. Um caso interessante foi a ruptura de Fernando Holiday, uma de suas mais expressivas lideranças do MBL, justificando que a prioridade do movimento estava marcada cada vez mais por temas econômicos e menos pelas questões que ele quer se dedicar, que podemos classificar como de “valores”¹⁶.

Do ponto de vista qualitativo, o material coletado em redes sociais, de forma amostral durante o período eleitoral de 2018, aponta uma linguagem que aciona a juventude como importante segmento eleitoral pelos candidatos que depois se elegeram deputados/as federais, embora mobilize pouco ou nada as agendas associadas à direitos e às PPJs. Outro elemento a ser destacado são as agendas da disputa política desses parlamentares, em nível nacional e regional, e sua relação com os conflitos culturais, sociais e econômicos em jogo nos projetos de país em disputa. De maneira geral, observamos o alinhamento da maioria das/os jovens eleitas/os em 2018 com o governo Bolsonaro, ainda que com diferenças, e mesmo publicamente se apresentando como oposição, como foi o caso Kim Kataguirí, especialmente no que se refere às pautas econômicas. Há, portanto, perfis que se aproximam e que se distanciam quanto às trajetórias, mas que navegam e se encontram em “novas” e “antigas” formas de fazer política.

Observando os parlamentares eleitos, sem a pretensão de uma análise detalhada da atuação parlamentar, as pautas tratadas como proposições legislativas nos primeiros meses de 2019 foram diversas¹⁷. Observamos que algumas reforçaram

¹⁶ Entrevista ao José Fucs do Estadão. (Fucs, 2021)

¹⁷ A base dessa primeira análise são as proposições legislativas dos primeiros meses ordenadas pelo Radar do Congresso e sua classificação “mais ou menos Governista” a partir da votação no congresso (Uol, 2019). Disponível em: <https://radar.congressoemfoco.com.br/parlamentar/1204534/proposicoes>. Acesso em: 20 set. 2024.

os enunciados de campanha, como Tabata Amaral que se manteve com a pauta da educação, Felipe Rigoni com a pauta dos deficientes físicos, Felipe Barros com a pauta anti-corrupção e anti-petismo, Kim Kataguiri anti-corrupção e reforma da previdência, Samia Bomfim contra o porte de armas de fogo, defesa dos direitos das mulheres.

Muitos desses parlamentares se colocaram de forma distanciada do governo Bolsonaro, no entanto observamos que a maioria seguiu votando com o governo Bolsonaro, acima de 80% de votação com a base do governo, de acordo com o Radar Congresso em Foco (UOL). Dos que não votaram Samia Bomfim (PSOL) foi a mais distante (16%), seguida por Aliel (PSB- 35%) e Tabata Amaral (PDT – 55%). Os demais, que como Kim Kataguiri (DEM), apesar de não se alinharem em questões públicas com o governo, na câmara seguiram a votação com muito alinhamento (87%). Temos ainda, aqueles que se alinharam em quase 100% como Chris Tonieto (PSL), Felipe Barros (PSL), Felipe Francischini (PSL) e Pinheirinho (PP). Esses, como vimos nos casos dos dois primeiros, seguiram a movimentação de troca de partidos dos alinhados com Bolsonaro. E dois que se apresentam com 70% de alinhamento Felipe Rigoni (PSB) e Enrico Misasi (PV).

Esse primeiro levantamento pode dizer mais da capacidade do governo Bolsonaro de atender a pauta neoliberal e de valores simultaneamente na sua gestão, do que especificamente sobre a atuação de parlamentares jovens. Mas, aponta também, para a problematização das ideias de “novo” e “velho” na política, em especial no processo de institucionalização, na leitura de Bourdieu (1989), no esforço de fortalecimento de capital político que significa equacionar construções que levaram esses candidatos a se tornarem eleitos, aos processos de reprodução da permanência na institucionalidade. Felipe Barros, por exemplo, que manteve proposições no perfil anticomunista, antipetista, e sendo um dos mais alinhados com o Governo Bolsonaro foi o que mais destinou ações (incluindo recursos) em suas primeiras proposições legislativas, para sua região de origem, fortalecendo sua base política (Bezerra, 1999), incluindo recursos para a universidades e escolas.

A leitura das proposições de alguns parlamentares eleitos na legislatura 2019-2022 aponta ainda para a persistência, por parte de um número significativo dos jovens deputados, de temas e narrativas muito acionados em períodos eleitorais, como o antipetismo ou o bolsonarismo. Essa persistência nos levando a um sentimento de *tempo da política alargado*, como um loop temporal, como se tivéssemos em um eterno segundo turno. Esse cenário seguiu na eleição de 2022 intensificado pelo enfrentamento Lula e Bolsonaro.¹⁸

¹⁸ A pesquisa segue em curso e acompanhou a eleição de 2022 e o primeiro ano de atuação parlamentar. Os dados estão sendo tratados e irão compor futuros trabalhos.

Considerações Finais

As transformações políticas, culturais, sociais, tecnológicas e econômicas vivenciadas no Brasil e no mundo nos últimos anos provocaram mudanças na política, em termos de atores preponderantes, agendas e pautas e formas de mobilizar e de disputar a representação formal. As juventudes se apresentam como segmento privilegiado para a análise de tais processos por serem especialmente afetadas por mudanças econômicas e no plano dos direitos sociais. Assim, em tempos de rápida mudança no cenário político, o olhar para as juventudes e sua atuação política nos ajuda a observar e compreender processos mais gerais vivenciados pela sociedade.

Os dados coletados e analisados no presente estudo buscam, justamente, contribuir para um mapa da atuação política das juventudes brasileiras nos últimos anos. Ele aponta o aprofundamento dos conflitos sociais e da sua relação com temas frequentemente apontados como culturais, de costumes ou morais, aspecto que reforça análises do campo da interseccionalidade. Há parlamentares jovens oriundos das classes populares que se alinham às pautas econômicas conservadoras; assim como há um certo rechaço de parcela expressiva do eleitorado às candidaturas juvenis, haja visto menos de 4% de deputados eleitos até 29 anos, ao passo que a “velha política” é objeto de crítica.

Compreender os sentidos e as práticas políticas adotadas pelas juventudes é o que move esta contribuição, que extrapola o espaço legislativo, embora compreenda sua relevância para a agenda pública. Nesse sentido, vale destacar que a análise das representações legislativas eleitas é, de fato, insuficiente para a compreensão dos fenômenos em curso e em constante transformação no Brasil de hoje. Isto é, há centenas de jovens disputando a institucionalidade e há milhares de eleitoras/es que apostam nessas plataformas e nesses sujeitos, mas que devido aos métodos de investigação hoje disponíveis, somem ao olhar da pesquisa.

Contudo, a presente análise contribui para compreender as possibilidades de representação política, tendo na atuação legislativa, pouco tratado em pesquisas sobre participação política, um *locus* a mais para a compreensão da formação de identidades, ações, agendas, processos organizativos e de ocupação de espaços políticos juvenis. Com o mergulho nos dados quantitativos do perfil e do desempenho eleitoral e, ainda o acompanhamento das agendas e atuação, desde o período da disputa eleitoral, permitiu problematizar percepções ainda recorrentes, que atribuem a baixa presença de jovens no legislativo federal à desinteresse nos espaços institucionais de representação política.

As recorrentes “super votações”, que poderiam ser atribuídas exclusivamente à atuação nas redes sociais, aparecem conjugadas à disputa em partidos políticos de diferentes matizes ideológicas. Observamos que as políticas públicas de juventude tiveram menos presença nas agendas de candidatos e eleitos/as nos últimos pleitos.

Podemos afirmar que a atuação política juvenil se expressa das mais diversas formas, sem dúvida a atuação parlamentar é uma delas. Com a apresentação de um número expressivo de candidatos e candidatas jovens aos pleitos para esta casa, resta o questionamento sobre a baixa representação juvenil na Câmara dos Deputados, não como expressão de desinteresse das juventudes e sim como de baixo reconhecimento das juventudes como elegíveis. Contudo, seguem atuando no centro das temáticas e disputas das questões nacionais e das suas vivências locais.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (orgs.). **Junho de 2013 – a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARAÚJO, Rogério de Oliveira; PEREZ, Olívia Cristina. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.26 n.50 p.327-349 jan.-jun, 2021.

BARBOSA J. R., Movimento Brasil Livre (MBL)” e “Estudantes Pela Liberdade (EPL)”: Ativismo Político, Think Tanks e Protestos da Direita no Brasil Contemporâneo. 41º Encontro Anual da ANPOCS, CAXAMBU, MG, 2017

BENDELLI, Talita; MARTÍN, María. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. **El País**, São Paulo, 15 mar. 2015. Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html. Acesso em: 29 jun. 2024.

BENEVIDES, S. C. O.; MARTINS, T. J.; SILVA, M. F. da; PASSOS, A. Q. Impeachment sem crime é golpe: considerações sobre o processo de deposição de Dilma Rousseff in GONZÁLEZ, M. V. E.; CRUZ, D. U. da (orgs.) **Democracia na América Latina [recurso eletrônico]: democratização, tensões e aprendizados Buenos Aires**. CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”** – política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006, p.329-376.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 set. 2024a.

BRASIL. **Portal de Dados Abertos do TSE**. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: 20 set. 2024b.

CASTRO, Elisa Guaraná. Seguimos no Furacão! Junho de 2013, por um balanço com as juventudes. **Revista Esquerda Petista**, setembro, n. 15, 2023.

CASTRO, Elisa Guaraná. Rural Youth A Political Actor of Social Movements in Brazil and Its Impact on Youth Policies. In: BENEDICTO, Jorge; URTEAGA, Maritza; ROCCA, Dolores (orgs.). **Young People in Complex and Unequal Societies: Doing Youth Studies in Spain and Latin America**. 1 ed. Leiden; Boston: Brill, 2022, v.18, p. 328-354.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CASTRO, Elisa Guaraná; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis**, v.10/2, p.1214-1238, 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emilia Barrios; CARVALHO, Joyce Gomes de. **Os Jovens estão indo embora?** - juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: EDUR/Mauad, 2009. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/20159>. Acesso em: 20 set. 2024.

CASTRO, Elisa Guaraná; OLIVEIRA, Raphaella. M. de; RICO, Thiago. C. As Políticas Públicas para Juventude no Brasil - revendo a trajetória recente. In: LARA, René Unda; VÁZQUEZ, Melina; BERETTA, Diego; PEREZ, Olivia (orgs.). **Jóvenes, Estado y acción colectiva**: lecturas generacionales de la política en el contexto pandémico. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Cuenca: Abya-Yala, Universidad Politécnica Salesiana, 2024.

DULCI, Luiza; MACEDO, Severine Carmem. Quando a juventude torna-se agenda governamental: reconhecimento político e direito a ter direitos nos governos Lula e Dilma. In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luis (Orgs.). **Juventude no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

FRAGMENTO SUB-VERSO. Por que criar e apoiar Antifas locais e redes antifascistas no Brasil? Publicado em 30 novembro, 2014. Disponível em: <https://fragmentosubverso.wordpress.com/2014/11/30/por-que-criar-e-apoiar-antifas-locais-e-redes-antifascistas-no-brasil/>. Acesso em: 20 set. 2024.

FRASER, Nancy. Reconhecimento Sem Ética? **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia Hoje**: novos desafios para a política democrática contemporânea. Brasília, UNB, 2001.

FUCS, André. Entrevista Fernando Holiday. **Estadão**, São Paulo, Política 29 jan./2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/01/29/o->

combate-ao-aborto-e-a-causa-lgbt-nao-sao-bandeiras-do-mbl.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 29 jun. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de Protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba: Champagnat e PUCPR, v.16, n.47, p. 125-146, jan/abr. 2016.

GOMES, Karine do Prado Ferreira. **Comunicação e resistência na cibercultura: Movimentos Net-ativistas e as controvérsias do Movimento Brasil Livre**. Dissertação de mestrado. – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2017.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Jovens na política: animação e agenciamento do voto em campanhas eleitorais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2001.

HARVEY, David; DAVIS, Mike; ZIZEK, Slavoj; ALI, Tariq; SAFATLE, Vladmir. **Occupy**. São Paulo: Boitempo; Carta Capital, 2012.

JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. (et al) **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MESSENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017. doi: 10.1590/s0102-69922017.3203004

MILTÃO, Eduardo; RAMALHOSO, Wellington. Alinhado com Guedes, Kim Kataguirí quer relatar a Reforma da Previdência. **UOL**, Brasília e São Paulo. 03 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/02/03/alinhado-com-guedes-kim-kataguiri-quer-relatar-a-reforma-da-previdencia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 set. 2024.

NOVAES, Regina. Juventude/juventudes? **Comunicações ISER**, Rio de Janeiro, v. 17, n.v50, 1998.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. *In*: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. (org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PEREZ, Olívia Cristina. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. **Izquierdas**, v. 1, p. 1-16, 2021.

PEREZ, Olívia Cristina; VOMMARO, Pablo. Apresentação. *In*: PEREZ, Olívia Cristina; VOMMARO, Pablo. (Org.) **Juventudes latino-americanas: Desafios e potencialidades no contexto da pandemia**. **Civitas**: revista de Ciências Sociais, 23(1), 2023.

PIGNATARO, Ádrian; TREMÍNIO, Ilka; CHAVARRÍA-MORA, Elias. Democracia, apoyo ciudadano y nuevas generaciones frente al retroceso democrático en Centroamérica. **Anuario**

de Estudos Centroamericanos, Universidad de Costa Rica, Facultad de Ciencias Sociales Vol. 47, p.1-30, 2021. DOI: 10.15517/aeca.v47i0.49734. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/anuario/article/view/49734>. Acesso em: 20 sep. 2024.

RAMOS, Jair. de S. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: revista de antropologia**. Natal: UFRN/DAN/PPGAS v. I., N 45, jan/jun. de 2015.

RIBEIRO, Ednaldo A.; ROMÃO, Wagner; SEIDL, Ernesto. Apresentação dossiê participação política no Brasil: mudanças e permanências nos padrões de ativismo político. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara v.26 n.50 p. 21-27, jan.-jun, 2021.

SEMÁN, Pablo. Introducción. La piedra en el espejo de la ilusión progresista. *In*: SEMÁN, Pablo (org.). **Está entre nosotros**: de dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir? Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2023.

STOLCKE, Verena. O Enigma das Interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos Impérios Transatlânticos do século XVI a XX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1):336, janeiro-abril, 2006, p. 15-41.

UOL. Radar do Congresso. Proposições. 2019. Disponível em: <https://radar.congressoemfoco.com.br/parlamentar/1204534/proposicoes>. Acesso em: 20 set. 2024.

Submetido em: 02/07/2024

Aprovado em: 02/09/2024